



CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL

Pç. Marechal Arthur da Costa e Silva, 179 - Caixa Postal 31

Fones: 0xx18 3351-1214/3351-2443 - fax 3351-2442

E-mail: secretaria@camarapalmital.sp.gov.br - Site: www.camarapalmital.sp.gov.br

CEP 19970-000 - Palmital - SP

INDICAÇÃO N° 05 /2009.

No uso de minhas atribuições como vereador, INDICO ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Palmital-SP, nos termos regimentais, para que providencie o envio à Câmara Municipal de Palmital, de Projeto de Lei criando o Programa de Aquisição de Produtos Hortifrutigranjeiros e Laticínios para Atendimento da Alimentação Escolar do Município de Palmital-SP, em consonância com a Lei Federal nº 11.947 de 16 de junho de 2009, cuja cópia encontra-se em anexo.

Justifica-se a presente INDICAÇÃO, uma vez que tal medida servirá de incentivo a criação de Associação de pequenos produtores rurais em nosso Município, que terão a garantia de venda de seus produtos, gerando empregos, renda e proporcionará ao Executivo a oportunidade de acompanhar de perto a qualidade dos produtos consumidos em nossas escolas, creches e entidades filantrópicas.

Plenário Vereador Profº Alcides Prado Lacreta,
em 08 de setembro de 2009.

*João
C.M. Palmital, 08/09/09
Marcos Antônio Rett Sebrafereador
Presidente*

*PROTOCOLO N° 398/09
C.M. PALMITAL 04/09/09
HORÁRIO: 15h.43 m
J.*

LATIMAR DO SUL - COMUNICAÇÃO

RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

2009. 20. 09. CADASTRO

deve ser feito em 09/09/2009

em Rosângela Barrilha, Oficial Legislativo, no endereço
rua São João, 1000, Centro, CEP 96000-000, Rio Grande do Sul.
O documento é o número 109/2009.

ENCAMINHADO

EM 09/09/2009
OFÍCIO N° 337/09

Ref:

Rosângela A. Barrilha

Oficial Legislativo

do seu cadastro.

As observações são feitas a respeito da eficiência das ações de governo e a eficiência da gestão municipal. As ações de governo são avaliadas quanto ao cumprimento dos objetivos estabelecidos, quanto à eficiência e eficácia das ações e quanto ao resultado final. As observações são feitas a respeito da eficiência das ações de governo e a eficiência da gestão municipal. As ações de governo são avaliadas quanto ao cumprimento dos objetivos estabelecidos, quanto à eficiência e eficácia das ações e quanto ao resultado final.

As observações são feitas a respeito da eficiência das ações de governo e a eficiência da gestão municipal. As ações de governo são avaliadas quanto ao cumprimento dos objetivos estabelecidos, quanto à eficiência e eficácia das ações e quanto ao resultado final.

As observações são feitas a respeito da eficiência das ações de governo e a eficiência da gestão municipal. As ações de governo são avaliadas quanto ao cumprimento dos objetivos estabelecidos, quanto à eficiência e eficácia das ações e quanto ao resultado final.

As observações são feitas a respeito da eficiência das ações de governo e a eficiência da gestão municipal. As ações de governo são avaliadas quanto ao cumprimento dos objetivos estabelecidos, quanto à eficiência e eficácia das ações e quanto ao resultado final.

As observações são feitas a respeito da eficiência das ações de governo e a eficiência da gestão municipal. As ações de governo são avaliadas quanto ao cumprimento dos objetivos estabelecidos, quanto à eficiência e eficácia das ações e quanto ao resultado final.

As observações são feitas a respeito da eficiência das ações de governo e a eficiência da gestão municipal. As ações de governo são avaliadas quanto ao cumprimento dos objetivos estabelecidos, quanto à eficiência e eficácia das ações e quanto ao resultado final.

As observações são feitas a respeito da eficiência das ações de governo e a eficiência da gestão municipal. As ações de governo são avaliadas quanto ao cumprimento dos objetivos estabelecidos, quanto à eficiência e eficácia das ações e quanto ao resultado final.

As observações são feitas a respeito da eficiência das ações de governo e a eficiência da gestão municipal. As ações de governo são avaliadas quanto ao cumprimento dos objetivos estabelecidos, quanto à eficiência e eficácia das ações e quanto ao resultado final.



Lei 11947/09 | Lei N° 11.947, de 16 de junho de 2009

Conversão da Medida Provisória nº 455, de 2008

Dispõe sobre o atendimento de alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.830, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Para os efeitos desta Lei, entende-se por alimentação escolar todo alimento oferecido no ambiente escolar, independentemente de sua origem, durante o período letivo.

Art. 2º São diretrizes da alimentação escolar:

I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;

II - a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional;

III - a universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica;

IV - a participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada;

V - o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos;

VI - o direito à alimentação escolar, visando a garantir segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social.

Art. 3º A alimentação escolar é direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado e será promovida e incentivada com vistas no atendimento das diretrizes estabelecidas nesta Lei.

Art. 4º O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades

nutricionais durante o período letivo.

Art. 5º Os recursos financeiros consignados no orçamento da União para execução do PNAE serão repassados em parcelas aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às escolas federais pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, em conformidade com o disposto no art. 208 da Constituição Federal e observadas as disposições desta Lei.

§ 1º A transferência dos recursos financeiros, objetivando a execução do PNAE, será efetivada automaticamente pelo FNDE, sem necessidade de convênio, ajuste, acordo ou contrato, mediante depósito em conta corrente específica.

§ 2º Os recursos financeiros de que trata o § 1º deverão ser incluídos nos orçamentos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios atendidos e serão utilizados exclusivamente na aquisição de gêneros alimentícios.

§ 3º Os saldos dos recursos financeiros recebidos à conta do PNAE existentes em 31 de dezembro deverão ser reprogramados para o exercício subsequente, com estrita observância ao objeto de sua transferência, nos termos disciplinados pelo Conselho Deliberativo do FNDE.

§ 4º O montante dos recursos financeiros de que trata o § 1º será calculado com base no número de alunos devidamente matriculados na educação básica pública de cada um dos entes governamentais, conforme os dados oficiais de matrícula obtidos no censo escolar realizado pelo Ministério da Educação.

§ 5º Para os fins deste artigo, a critério do FNDE, serão considerados como parte da rede estadual, municipal e distrital, ainda, os alunos matriculados em:

I - creches, pré-escolas e escolas do ensino fundamental e médio qualificadas como entidades filantrópicas ou por elas mantidas, inclusive as de educação especial;

II - creches, pré-escolas e escolas comunitárias de ensino fundamental e médio conveniadas com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Art. 6º É facultado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios repassar os recursos financeiros recebidos à conta do PNAE às unidades executoras das escolas de educação básica pertencentes à sua rede de ensino, observando o disposto nesta Lei, no que couber.

Parágrafo único. O Conselho Deliberativo do FNDE expedirá normas relativas a critérios de alocação de recursos e valores per capita, bem como para organização e funcionamento das unidades executoras e demais orientações e instruções necessárias à execução do PNAE.

Art. 7º Os Estados poderão transferir a seus Municípios a responsabilidade pelo atendimento aos alunos matriculados nos estabelecimentos estaduais de ensino localizados nas respectivas áreas de jurisdição e, nesse caso, autorizar expressamente o repasse direto ao Município por parte do FNDE da correspondente parcela de recursos calculados na forma do parágrafo único do art. 6º.

Art. 8º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios apresentarão ao FNDE a prestação de contas do total dos recursos recebidos.

§ 1º A autoridade responsável pela prestação de contas que inserir ou fizer inserir documentos ou declaração falsa ou diversa da que deveria ser inscrita, com o fim de alterar a verdade sobre o fato, será responsabilizada na forma da lei.

§ 2º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios manterão em seus arquivos, em boa guarda e organização, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da data de aprovação da prestação de contas do concedente, os documentos a que se refere o caput, juntamente com todos os comprovantes de pagamentos efetuados com os recursos financeiros

ERROR: stackunderflow
OFFENDING COMMAND: ~

STACK: